


**COMPREENSÃO DA ROTULAGEM DE ALIMENTOS DOS PAIS DE CRIANÇAS COM
ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA NO TOCANTINS**

**UNDERSTANDING OF FOOD LABELING BY PARENTS OF CHILDREN WITH COW'S
MILK PROTEIN ALLERGY IN TOCANTINS**

**COMPRESIÓN DEL ETIQUETADO DE ALIMENTOS POR PARTE DE LOS PADRES DE
NIÑOS CON ALERGIA A LA PROTEÍNA DE LA LECHE DE VACA EN TOCANTINS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-042>

Data de submissão: 06/10/2025

Data de publicação: 06/11/2025

Camilla Rodrigues Evangelista Silva Alves

Mestranda em Ciências da Saúde

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: camilla.rodrigues@mail.uft.edu.br

Orcid: 0000-0001-9463-030X

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5281095831270379>

Clara Oliveira Lopes

Graduada em Nutrição

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: nutricionistaclaralopes@gmail.com

Orcid: 0000-0002-6060-6798

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4270035031046272>

Láís Fernanda Costa Oliveira

Mestranda em Nutrição e Saúde

Instituição: Universidade Federal de Ouro Preto (UFT)

E-mail: lais.fco@aluno.ufop.edu.br

Orcid: 0009-0009-4775-0400

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7859444224643990>

Margarete Sousa Martins

Graduada em Nutrição

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: nutri.margaretmartins@gmail.com

Orcid: 0009-0001-0594-1171

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4481714987627721>

Kamilly Juliane Aguiar Ferreira

Graduada em Nutrição

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: kamillyju.nutri@gmail.com

Orcid: 0009-0006-1434-658

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1045941559821732>

Ana Elisa Barbosa Noleto

Graduada em Nutrição

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: elisa.barbosa@mail.uft.edu.br

Orcid: 0009-0000-2219-748X

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1597029841010007>

Ana Clara Macedo da Conceição

Graduada em Nutrição

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: anaclaranutri30@gmail.com

Orcid: 0009-0005-8751-0007

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4831611061706277>

Milena Alves Carvalho Costa

Mestre em Ciências da Saúde

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: milalves@gmail.com

Orcid: 0000-0002-0517-999X

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6092963824946950>

Renata Andrade de Medeiros Moreira

Doutora em Ciências da Nutrição

Instituição: Universidade Federal de Viçosa (UFT)

E-mail: renatamoreira@mail.uft.edu.br

Orcid: 0000-0001-6096-9145

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5453434127959577>

RESUMO

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é uma das alergias alimentares mais prevalentes na infância, com impactos significativos na saúde e na qualidade de vida de crianças e familiares. Este estudo teve como objetivo analisar o conhecimento e a prática de leitura de rótulos de alimentos por pais de crianças com APLV atendidas pela Assistência Farmacêutica do Tocantins. Para tanto, foi conduzido um estudo quantitativo, transversal e descritivo, utilizando questionário estruturado aplicado a responsáveis por crianças de até 23 meses e 29 dias, entre 2021 e 2022. Observou-se que 56,0% dos participantes relataram ler rótulos “sempre ou quase sempre”, enquanto 30,6% compreendem apenas parcialmente as informações. As principais dificuldades incluíram termos técnicos (55,6%), tamanho reduzido da letra (28,9%) e falta de destaque das informações essenciais (26,7%). Esses resultados indicam que a interpretação de rótulos permanece desafiadora, aumentando o risco de ingestão acidental de proteínas alergênicas e impactando a segurança alimentar. Conclui-se que os achados reforçam a necessidade de medidas regulatórias e educativas, incluindo a padronização das informações em rótulos, práticas mais transparentes pela indústria e educação permanente de profissionais de saúde. Essas ações contribuem para orientar pais e cuidadores na interpretação das informações nutricionais e, assim, promover uma alimentação adequada e saudável para crianças com necessidades alimentares especiais.

Palavras-chave: Alergia à Proteína do Leite de Vaca. Rotulagem de Alimentos. Segurança Alimentar. Saúde Coletiva.

ABSTRACT

Cow's milk protein allergy (CMPA) is one of the most prevalent food allergies in childhood, significantly impacting the health and quality of life of affected children and their families. This study aimed to analyze the knowledge and practices of reading food labels among parents of children with CMPA attended by the Pharmaceutical Assistance Service in Tocantins, Brazil. A quantitative, cross-sectional, and descriptive study was conducted using a structured questionnaire applied to parents or guardians of children up to 23 months and 29 days old, between 2021 and 2022. It was observed that 56.0% of participants reported reading labels "always or almost always," while 30.6% partially understood the information. The main difficulties included technical terms (55.6%), small font size (28.9%), and lack of emphasis on essential information (26.7%). These results indicate that interpreting food labels remains challenging, increasing the risk of accidental ingestion of allergenic proteins and affecting food safety. The findings underscore the need for regulatory and educational measures, including standardization of label information, greater transparency by the industry, and continuous education of health professionals. These actions help guide parents and caregivers in interpreting nutritional information and promote adequate and healthy feeding for children with special dietary needs.

Keywords: Cow's Milk Protein Allergy. Food Labeling. Food Security. Public Health.

RESUMEN

La alergia a la proteína de la leche de vaca (APLV) es una de las alergias alimentarias más prevalentes en la infancia, con un impacto significativo en la salud y la calidad de vida de los niños afectados y sus familias. Este estudio tuvo como objetivo analizar el conocimiento y las prácticas de lectura de etiquetas de alimentos entre los padres de niños con APLV atendidos por el Servicio de Asistencia Farmacéutica de Tocantins, Brasil. Se realizó un estudio cuantitativo, transversal y descriptivo, utilizando un cuestionario estructurado aplicado a padres o responsables de niños de hasta 23 meses y 29 días, entre 2021 y 2022. Se observó que el 56,0% de los participantes informaron leer las etiquetas "siempre o casi siempre", mientras que el 30,6% comprendía parcialmente la información. Las principales dificultades incluyeron términos técnicos (55,6%), tamaño reducido de la letra (28,9%) y falta de énfasis en la información esencial (26,7%). Estos resultados indican que la interpretación de las etiquetas de alimentos sigue siendo un desafío, aumentando el riesgo de ingestión accidental de proteínas alergénicas y afectando la seguridad alimentaria. Los hallazgos resaltan la necesidad de medidas regulatorias y educativas, incluyendo la estandarización de la información en las etiquetas, mayor transparencia por parte de la industria y educación continua de los profesionales de la salud. Estas acciones ayudan a guiar a los padres y cuidadores en la interpretación de la información nutricional y promueven una alimentación adecuada y saludable para niños con necesidades alimentarias especiales.

Palabras clave: Alergia a la Proteína de la Leche de Vaca. Etiquetado de Alimentos. Seguridad Alimentaria. Salud Pública.

1 INTRODUÇÃO

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é uma das alergias alimentares mais prevalentes na infância, especialmente nos primeiros dois anos de vida, com impacto significativo na saúde e qualidade de vida das crianças diagnosticadas e de suas famílias (Brasil, 2022b). Essa condição resulta de uma resposta imunológica adversa às proteínas do leite de vaca e pode se manifestar em diferentes graus de gravidade, desde sintomas gastrointestinais, cutâneos, respiratórios até reações anafiláticas graves (Brasil, 2022b; Toca *et al.*, 2024).

Quando a criança é diagnosticada com APLV, recomenda-se o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, aliado à exclusão de leite e derivados na dieta materna, a fim de controlar e remitir os sintomas. A partir dos seis meses, devem ser introduzidos novos alimentos isentos de proteínas lácteas, de modo a atender às necessidades nutricionais sem expor a criança ao alérgeno (Brasil, 2019; 2022b).

Nesse contexto, a rotulagem de alimentos, definida como informações escritas, gráficas ou impressas na embalagem, constitui o principal instrumento de comunicação entre a indústria e consumidor, devendo apresentar ingredientes, advertências e informações sobre alérgenos (Brasil, 2022a). A leitura e interpretação desses rótulos são fundamentais para prevenir a ingestão acidental do alérgeno e assegurar escolhas alimentares seguras e nutricionalmente adequadas. Para isso, pais e cuidadores precisam ser orientados quanto à leitura atenta dos rótulos, à identificação de ingredientes ocultos e ao reconhecimento de situações de contaminação cruzada (Nery *et al.*, 2023).

A adoção de medidas proativas na identificação de alimentos desencadeadores da alergia, e a criação de um ambiente livre de risco são essenciais para que as crianças com APLV cresçam sem sintomas persistentes (Broome; Lutz; Cook, 2015; Nery *et al.*, 2023). Assim, estratégias de promoção da saúde, educação alimentar e nutricional, e o acesso às informações claras e confiáveis sobre os produtos alimentares disponíveis são fundamentais para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Brasil, 2013; Broome; Lutz; Cook, 2015; Nery *et al.*, 2023).

Embora a legislação brasileira exija a declaração de alérgenos nos rótulos, estudos indicam que essas informações nem sempre são compreendidas adequadamente pelos consumidores, seja devido à complexidade da terminologia empregada ou à inconsistência na apresentação das informações (Broome; Lutz; Cook, 2015). Um dos principais desafios enfrentados pelas famílias e cuidadores de crianças com APLV consiste na interpretação dos rótulos alimentares, essa dificuldade aumenta o risco de consumo acidental e compromete a eficácia das intervenções nutricionais (Ullmann *et al.*, 2022).

No estado do Tocantins, as crianças com APLV recebem cuidado nutricional, orientação, diagnóstico e tratamento tanto na rede de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto

em serviços privados. Quando há indicação, o fornecimento das Fórmulas Nutricionais Especiais (FNE) é realizado pela Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO). Entretanto, podem existir fragilidades nas orientações relacionadas à leitura e interpretação de rótulos alimentares. Considerando a relevância dessa habilidade para a promoção de escolhas seguras, o presente estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento de pais e cuidadores de crianças com APLV, atendidos pela Assistência Farmacêutica no Tocantins, quanto à leitura de rótulos.

2 METODOLOGIA

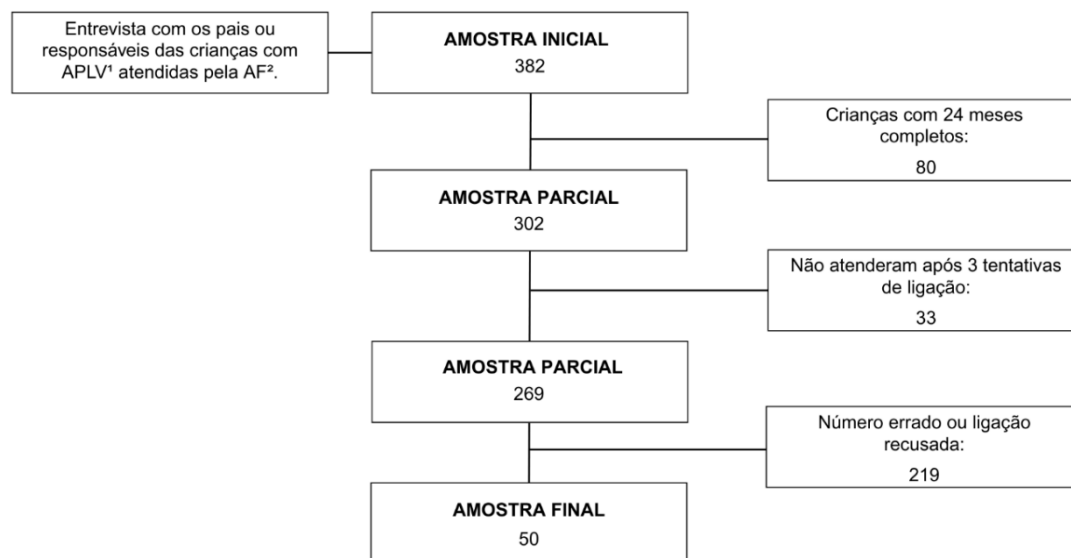
O presente estudo faz parte da pesquisa intitulada “Avaliação do fornecimento de fórmulas infantis para alergia à proteína do leite de vaca em crianças de 0 a 2 anos no Estado do Tocantins”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (Parecer nº 4.999.609), pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO) e pela Escola Tocantinense do SUS (ETSUS).

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal, descritivo, realizado por meio de questionário estruturado com pais ou responsáveis por crianças com APLV de até 23 meses e 29 dias, atendidas pela Assistência Farmacêutica da SES-TO entre os anos de 2021 e 2022. Como critério de inclusão, foram consideradas crianças que receberam FNE para APLV e que tiveram o processo de solicitação devidamente deferido. Foram excluídas da amostra as crianças cujo processo de solicitação da fórmula não foi finalizado ou deferido, bem como aquelas que não retornaram para a continuidade do processo, apresentando lapso temporal no acompanhamento.

Os dados foram coletados entre fevereiro e junho de 2023. Primeiramente buscou-se informações contidas no banco de dados do setor de FNE da Diretoria da Assistência Farmacêutica (DAF) da SES-TO, que incluem informações como nome da criança, data de nascimento, idade, nome do responsável, telefone de contato e município de residência.

A amostra inicial deste estudo foi composta por 382 responsáveis de crianças identificados como potenciais participantes. Foram aplicados como critérios de exclusão todos os casos em que a criança já tinha 24 meses completos ($n = 80$), resultando numa amostra parcial de 302 indivíduos. Em seguida, 33 responsáveis não atenderam às três tentativas de contato telefônico, reduzindo a amostra a 269. Por fim, 219 casos foram descartados por recusa de participação ou por número de telefone incorreto, restando uma amostra final de 50 participantes que foram incluídos na coleta de dados (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção da amostragem dos pais/responsáveis das crianças de até 24 meses com alergia à proteína do leite de vaca atendidas pelo setor de Fórmulas Nutricionais Especiais da Assistência Farmacêutica da Secretaria do Estado de Saúde do Tocantins, 2022 e 2023.



Nota: ¹APLV: Alergia à Proteína do Leite de Vaca; ² AF: Assistência Farmacêutica.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Posteriormente, foi realizada entrevista com os pais das crianças com APLV, após assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), por meio de questionário aplicado por pesquisadores previamente treinados. As entrevistas foram conduzidas de forma presencial no Complexo de Estudos de Nutrição e Saúde daUFT para os pais ou responsáveis residentes em Palmas. Para aqueles que não residiam em Palmas e/ou não podiam comparecer ao ambulatório da universidade, as entrevistas foram realizadas por telefone.

O questionário elaborado foi composto por perguntas relacionadas aos dados sociodemográficos dos responsáveis pela criança (grau de parentesco; renda familiar; idade; profissão; renda mensal familiar; escolaridade do responsável; cor/raça; número de pessoas residentes na casa).

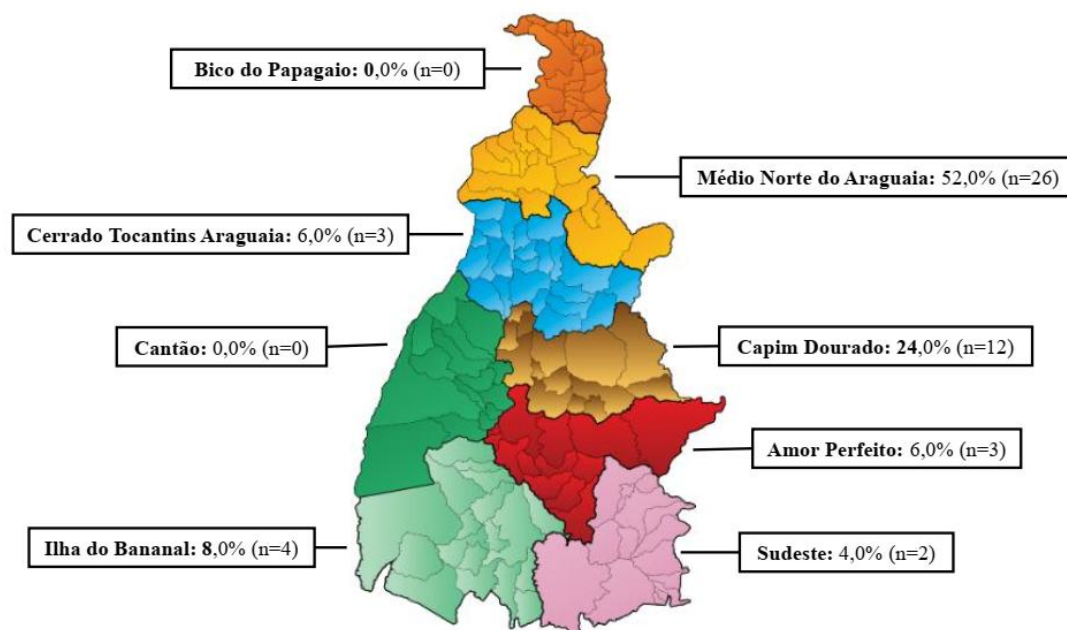
Ainda foram coletados dados sobre a compra e informação de alimentos como: principal responsável pela compra de alimentos da residência; tempo, em média, no supermercado; se considera a rotulagem de alimentos importante; se costuma ler a informação nutricional que está presente no rótulo; se confia nas informações presentes no rótulo dos alimentos; quais informações procura no rótulo dos alimentos; se os termos utilizados na rotulagem são de fácil entendimento; quais as principais dificuldades no entendimento do rótulo; se já deixou de comprar algum produto por causa de alguma informação no rótulo; se ao ler o rótulo consegue identificar se o alimento contém leite, derivados de leite, traços de leite e/ou substâncias nutricionais.

A digitação dos dados foi realizada no *Software* EpiData 3.0, e a análise estatística foi conduzida no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 23.0. Foram realizadas análises descritivas, com frequências absoluta e relativa, cálculo de medidas de tendência central e dispersão. Para a análise de associação entre variáveis categóricas, foi aplicado o teste do Exato de Fisher. O nível de significância adotado para os testes estatísticos foi de 0,05.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram do estudo 50 responsáveis por crianças com APLV atendidas pela Assistência Farmacêutica da SES-TO, distribuídos em seis das oito regiões de saúde do estado, unidades administrativas que organizam a oferta de serviços visando acesso universal, equitativo, integral e resolutivo. Quanto à distribuição geográfica da amostra, observou-se que 2,0% residiam na região de saúde do Médio Norte do Araguaia (n=26), 24,0% na região do Capim Dourado (n=12) e 8,0% na região da Ilha do Bananal (n=3) (Figura 2).

Figura 2. Descrição das Regiões de Saúde dos pais/responsáveis das crianças até 24 meses com alergia à proteína do leite de vaca atendidas pelo setor de Fórmulas Nutricionais Especiais da Assistência Farmacêutica da Secretaria do Estado de Saúde do Tocantins, 2022 e 2023.



Fonte: Adaptado pelos autores do Tocantins, 2025.

Entre os participantes, a maioria era do sexo feminino (98,0%), com faixa etária predominante entre 25 e 34 anos (55,1%), seguida pelas faixas de 35 a 44 anos (30,6%), e 68,0% relataram serem casados. Em relação à autodeclaração de cor/raça, 48,0% dos participantes identificaram-se como pardos, 32,0% como brancos e 18,0% pretos (Tabela 1).

Com relação ao nível educacional, 58,0% possuíam ensino superior completo e 22,0% ensino médio completo. A renda familiar de 35,6% dos entrevistados era superior a 3 salários-mínimos, enquanto 33,3% era entre 1 e 2 salários-mínimos. (Tabela 1).

Tabela 1. Descrição das características socioeconômicas dos pais/responsáveis das crianças de até 24 meses com alergia à proteína do leite de vaca atendidas pelo setor de Fórmulas Nutricionais Especiais da Assistência Farmacêutica da Secretaria do Estado de Saúde do Tocantins, 2022 e 2023.

Variáveis	N	Valores
Sexo		
Masculino	1	2,0
Feminino	49	98,0
Idade		
18 – 24 anos	4	8,1
25 – 34 anos	27	55,1
35 – 44 anos	15	30,6
> 45 anos	3	6,1
Estado Civil		
Solteiro	15	30,0
Casado	34	68,0
Divorciado	1	2,0
Cor/raça		
Amarelo	1	2,0
Branco	16	32,0
Pardo	24	48,0
Preto	9	18,0
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	3	6,0
Ensino Médio Incompleto	1	2,0
Ensino Médio Completo	11	22,0
Técnico Completo	1	2,0
Ensino Superior Incompleto	4	8,0
Ensino Superior Completo	29	58,0
Pós-graduação Completa	1	2,0
Renda por Salário-Mínimo		
< 1/2 Salário-Mínimo	2	4,4
1/2 a 1 Salário-Mínimo	6	13,3
1 a 2 Salários-Mínimos	15	33,3
2 a 3 Salários-Mínimos	6	13,3
> 3 Salários-Mínimos	16	35,6
Zona de residência		
Rural	4	8,0
Urbana	46	92,0

Nota: Variáveis categóricas – apresentadas em frequência absoluta (n) e percentual (%).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

No que se refere ao conhecimento sobre rótulos de alimentos, a maioria considerou importante a rotulagem (98,0%), no entanto, somente 56,0% relataram ler "sempre ou quase sempre" as informações presentes nos rótulos e 34,0% algumas vezes. Além disso, 60,0% disseram confiar nas informações fornecidas pelos fabricantes. Ao avaliar sobre a importância da informação presente no rótulo na decisão de compra dos produtos alimentícios, 85,7% declararam ter deixado de comprar algum

produto devido ao que estava descrito no rótulo. No que tange a compreensão dos termos utilizados na rotulagem de alimentos, 57,1% afirmaram ser fácil e 30,6% que às vezes compreendem (Tabela 2).

Dentre as principais dificuldades encontradas na leitura dos rótulos destaca-se o uso de termos técnicos ou difíceis de compreender (55,6%), o tamanho reduzido da letra (28,9%) e falta de destaque nas informações (26,7%). Sobre as informações relacionadas ao leite, apenas 69,8% disseram reconhecer a informação de presença de traços de leite e 67,3% se sentiam capazes de identificar as substâncias nutricionais (Tabela 2).

Tabela 2. Descrição do conhecimento sobre rótulos de alimentos dos pais/responsáveis das crianças de até 24 meses com alergia à proteína do leite de vaca atendidas pelo setor de Fórmulas Nutricionais Especiais da Assistência Farmacêutica da Secretaria do Estado de Saúde do Tocantins, 2022 e 2023.

Variáveis	n	Valores
Você considera a rotulagem de alimentos importante		
Sim	49	98,0
Não	1	2,0
Você costuma ler a informação nutricional que está presente no rótulo		
Nunca	1	2,0
Quase nunca	4	8,0
Algumas vezes	17	34,0
Sempre ou quase sempre	28	56,0
Confia nas informações presentes nos rótulos		
Sim	30	60,0
Não	20	40,0
Você já deixou de comprar algum produto por causa de alguma informação		
Sim	42	85,7
Não	7	14,3
Os termos utilizados na rotulagem são de fácil entendimento		
Sim	28	57,1
Não	6	12,2
Às vezes	15	30,6
As principais dificuldades no entendimento do rótulo		
Termos difíceis de compreender	25	55,6
Informações difíceis de encontrar	9	20,0
Letra pequena	13	28,9
Falta de destaque	12	26,7
Excesso de informações	6	13,3
Reconhecimento de Informações no rótulo		
Leite	44	95,7
Derivados de leite	39	86,7
Traços de leite	30	69,8
Substâncias nutricionais	33	67,3

Nota: Variáveis categóricas – apresentadas em frequência absoluta (n) e percentual (%).

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Na Tabela 3 pode-se observar os dados de confiança dos pais ou responsáveis nas informações nutricionais contidas nos rótulos de alimentos. Identificou-se associação estatisticamente significativa nos pais ou responsáveis que tinham renda acima de R\$4.600,00 ($p=0,029$), com escolaridade de Ensino Superior completo ($p=0,016$) e que moravam em zona urbana ($p=0,021$).

Tabela 3. Associação da confiança nas informações dos rótulos de alimentos por características sociodemográficas dos pais/responsáveis das crianças de até 24 meses com alergia à proteína do leite de vaca atendidas pelo setor de Fórmulas Nutricionais Especiais da Assistência Farmacêutica da Secretaria do Estado de Saúde do Tocantins, 2022 e 2023.

Variáveis	Não confia	Confia	Valor p
Sexo			
Masculino	37,5 (9)	42,3 (11)	1,00
Feminino	62,5 (15)	57,7 (15)	
Idade			
18 – 24 anos	5,0 (1)	10,3 (3)	0,587
25 – 34 anos	65,0 (13)	48,3 (14)	
35 – 44 anos	25,0 (5)	34,5 (10)	
> 45 anos	5,0 (1)	6,9 (2)	
Estado Civil			
Solteiro	30,0 (6)	30,0 (9)	1,00
Casado	70,0 (14)	66,7 (20)	
Divorciado	0,0 (0)	3,3 (1)	
Cor/raça			
Amarelo	5,0 (1)	0,0 (0)	0,409
Branco	30,0 (6)	55,5 (10)	
Pardo	55,0 (11)	5,6 (1)	
Preto	10,0 (2)	38,9 (7)	
Renda por tercil (R\$)*			
Até 2.000,00	44,4 (8)	29,6 (8)	0,029
2.000,00 a 4.600,00	44,4 (8)	22,2 (6)	
> 4.600,00	11,1 (2)	48,1 (13)	
Escolaridade*			
Fundamental 1 Incompleto	5,0 (1)	0,0 (0)	0,016
Fundamental 2 Incompleto	5,0 (1)	3,3 (1)	
Médio Incompleto	0,0 (0)	3,3 (1)	
Médio Completo	20,0 (4)	23,4 (7)	
Técnico Completo	5,0 (1)	0,0 (0)	
Superior Incompleto	20,0 (4)	0,0 (0)	
Superior Completo	40,0 (8)	70,0 (21)	
Pós-graduação Completa	5,0 (1)	0,0 (0)	
Zona de residência*			
Rural	20,0 (4)	0,0 (0)	0,021
Urbana	80,0 (16)	100 (30)	

*Nota: Realizado o teste Exato de Fisher, com nível de significância: $p \leq 0,05$.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os resultados deste estudo indicam que, embora a maioria dos participantes reconheça a importância dos rótulos de alimentos para orientação da qualidade e composição do alimento, pouco mais da metade afirmou realizar a leitura frequente dessas informações. Esse dado revela uma disparidade entre o reconhecimento da rotulagem como ferramenta de cuidado e o comportamento efetivo de leitura, fenômeno também relatado por Procópio *et al.* (2021), que encontraram apenas 20% dos entrevistados afirmando “sempre” ler e compreender os rótulos no momento da compra. Achado

semelhante foi observado em outro estudo nacional, no qual menos da metade da amostra consultava rótulos de forma habitual (Nobre *et al.*, 2023).

A leitura eventual ou ausente dos rótulos, no cotidiano de crianças com APLV, pode comprometer a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), uma vez que a exposição acidental ao alérgeno pode ocorrer pela falta de atenção a essas informações. Nesse sentido, é fundamental implementar estratégias que incentivem a leitura dos rótulos pelos cuidadores das crianças, de modo a assegurar escolhas alimentares adequadas. Para tanto, destaca-se a necessidade de fortalecer a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que prevê o cuidado a indivíduos com necessidades alimentares especiais, bem como de efetivar o Direito Humano à Alimentação Adequada (Brasil, 2013).

Observou-se também que grande parte dos participantes declarou não confiar plenamente nas informações fornecidas pelos rótulos, reforçando a percepção de insegurança em relação à rotulagem no Brasil. Essa desconfiança pode estar associada a experiências prévias negativas, como o uso de linguagem pouco familiar ou ambígua nas embalagens e a ausência de informações claras sobre a presença ou traços de leite. Nery (2025) descreve que a falta de padronização e clareza sobre riscos de contaminação cruzada compromete a análise dos rótulos por mães de crianças com APLV, gerando medo, angústia e sobrecarga emocional. A necessidade de inspeção minuciosa dos alimentos agrava esse cenário, sobretudo diante de advertências inconsistentes e uso de termos técnicos de difícil compreensão.

Este estudo também identificou dificuldades na interpretação dos termos utilizados na rotulagem, corroborando Pontes *et al.* (2022), que verificaram que, embora 70% dos consumidores consultem os rótulos, mais da metade não consegue interpretá-los corretamente. Entre as barreiras relatadas destacam-se: uso de terminologia complexa, tamanho reduzido da fonte, ausência de destaque para informações críticas e dificuldade de localização das informações. Pesquisas nacionais apontam problemas semelhantes, atribuindo essas dificuldades à linguagem excessivamente técnica, à desconfiança nas informações e à influência de mensagens veiculadas pela mídia (Deimling *et al.*, 2022; Fidelis *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2022).

Esses desafios evidenciam a necessidade de fortalecer a comunicação em saúde no âmbito da indústria e da rotulagem de alimentos, por meio do uso estratégico de informações claras e legíveis sobre a presença de ingredientes e alérgenos, condição necessária para decisões em saúde de crianças com APLV (Versluis *et al.*, 2023; Leite; Cordeiro, 2025). Diante disso, torna-se necessário maior grau de padronização, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dos termos utilizados para um mesmo ingrediente.

Além disso, torna-se essencial a promoção de ações contínuas de educação alimentar e nutricional, aliadas à orientação nutricional individual e coletiva, realizadas em instituições públicas e privadas, direcionadas a pais e cuidadores de crianças com APLV, com ênfase na leitura crítica e na interpretação dos rótulos, considerando que a menção aos alérgenos pode surgir de diferentes formas, e que o rótulo configura-se como um instrumento estratégico para escolhas seguras e saudáveis, contribuindo para a efetivação do DHAA.

Para isso, é indispensável a adoção dos princípios da comunicação inclusiva como competência dos profissionais de saúde envolvidos no cuidado de crianças com APLV, mediante o uso de linguagem clara e de recursos que tornem a rotulagem de alimentos facilmente compreensível. Essa estratégia deve se basear na relação cotidiana entre o profissional e os familiares ou cuidadores, com o objetivo de humanizar o cuidado e, assim, reduzir as dificuldades de apreensão dos termos e assegurar à população o direito a informações nutricionais apropriadas (Leite; Cordeiro, 2025).

Além das dificuldades de interpretação, a baixa confiabilidade nos rótulos pode estar relacionada à falta de adequação às normas de rotulagem. Estudos internacionais reforçam que, mesmo quando a leitura dos rótulos é realizada, ela nem sempre impede reações alérgicas, em razão da imprecisão da linguagem, da falta de clareza legislativa e da baixa correlação entre avisos e a presença real de alérgenos (Blom *et al.*, 2018; Simons *et al.*, 2005; Dunngalvin *et al.*, 2015; Hefle, 2007; Bregje *et al.*, 2021). Parte dos cuidadores relata não ler a seção de alergênicos, baseando-se em experiências anteriores para decidir sobre o consumo, o que evidencia ausência de confiança nas informações fornecidas pela indústria (Cochran, 2013; Cornelisse-Vermaat, 2008; Hefle, 2007; Bregje *et al.*, 2021).

Esses dados reforçam que, apesar da existência de legislações que estabelecem regras para a declaração obrigatória de alergênicos, definindo formato e destaque das informações, ainda persistem dificuldades em sua aplicação prática, o que não garante compreensão efetiva por parte dos consumidores. Esse cenário evidencia a necessidade de maior padronização dos termos utilizados e de fiscalização rigorosa pelos órgãos competentes, como condição para assegurar o direito à informação adequada, previsto no Código de Defesa do Consumidor, que exige a declaração de informações corretas, claras, precisas e ostensivas na apresentação de produtos (Brasil, 1990).

No presente estudo, também foi identificada associação significativa entre escolaridade, renda familiar e confiança nas informações dos rótulos, sendo essa confiança maior entre participantes com maior renda e escolaridade. Resultados semelhantes foram descritos por Nobre *et al.* (2023) e Campos *et al.* (2011), que associaram nível educacional e socioeconômico mais elevado a melhor letramento nutricional, entendido como a capacidade de acessar, compreender, avaliar e utilizar informações para orientar decisões sobre a saúde, bem como a maior capacidade crítica diante das informações

fornecidas pelos fabricantes (Leite; Cordeiro, 2025). Em contrapartida, níveis mais baixos de renda e escolaridade associaram-se a maior desconfiança, possivelmente devido à menor familiaridade com a terminologia, dificuldade de compreensão das advertências e percepção de insegurança quanto à qualidade dos produtos.

Esses achados sugerem que fatores socioeconômicos e educacionais influenciam diretamente o grau de compreensão e a confiança atribuída às informações rotuladas, evidenciando desigualdades no acesso à informação alimentar segura. Assim, reforça-se a importância de estratégias de promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável, voltadas ao desenvolvimento de competências críticas e à promoção da autonomia nas escolhas alimentares, visando mitigar essas disparidades e reduzir o risco de exposição accidental ao alérgeno em crianças com APLV.

Destaca-se a necessidade de qualificação dos profissionais de saúde para orientar a leitura e interpretação de rótulos de forma efetiva, a fim de implementar e fortalecer ações de educação alimentar e nutricional participativas, voltadas a pais e cuidadores na utilização dos rótulos em suas escolhas alimentares. Tais medidas, integradas a políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, têm potencial para reduzir a ocorrência de exposições acidentais, promover a autonomia do consumidor e assegurar o direito à informação e à alimentação segura (Brasil, 2006; 2013; Versluis *et al*, 2023).

Apesar da relevância dos resultados, este estudo apresenta como principal limitação o tamanho reduzido da amostra, decorrente da dificuldade de contato com os potenciais participantes, possivelmente associada à ausência de vínculo direto e contínuo entre a assistência farmacêutica e os pacientes, por ser um sistema de apoio da rede de atenção à saúde (Mendes, 2011). Outro aspecto a ser considerado refere-se à possível desatualização dos contatos existentes nos sistemas de registro, em razão do tempo decorrido desde sua inserção neste. Ademais, observou-se receio por parte de alguns responsáveis em responder ao questionário, diante da percepção de que suas respostas poderiam comprometer a continuidade do recebimento das FNE. Esses fatores podem ter contribuído para perdas amostrais, devendo, portanto, ser considerados na interpretação dos resultados.

Por fim, destaca-se que este estudo contribui para a compreensão das barreiras enfrentadas por famílias de crianças com APLV no estado do Tocantins, evidenciando a importância de medidas nos serviços de saúde que unam educação alimentar e nutricional, fortalecimento das políticas públicas e aprimoramento regulatório, a partir da articulação intersetorial, a fim de garantir equidade no acesso à informação alimentar e aprimorar o cuidado quanto a crianças com APLV.

4 CONCLUSÃO

Desse modo, é evidente que a leitura e a interpretação de rótulos de alimentos permanecem como um desafio relevante para os responsáveis de crianças com APLV. As dificuldades relatadas, desde a terminologia técnica e a falta de padronização das informações até a desconfiança nos rótulos, elevam o risco de ingestão acidental de proteínas alergênicas, comprometendo não apenas a saúde da criança, mas também a qualidade de vida da família, diante da insegurança nas escolhas alimentares. Observou-se ainda que fatores socioeconômicos e educacionais influenciam diretamente o grau de compreensão e confiança, reforçando a presença de desigualdades no acesso à informação alimentar segura.

Além disso, o estudo demonstra que o problema transcende a esfera individual, refletindo fragilidades do sistema de rotulagem e a insuficiente efetivação das normas vigentes. Embora o Brasil disponha de legislações específicas para a declaração obrigatória de alergênicos, persistem lacunas em sua aplicação prática, que comprometem a compreensão das informações pelos consumidores. Tal cenário demanda ações intersetoriais que articulem vigilância sanitária, indústria de alimentos, profissionais de saúde e sociedade civil, de modo a assegurar a clareza, padronização e acessibilidade das informações nos rótulos.

Nesse sentido, recomenda-se que os órgãos de vigilância intensifiquem a fiscalização, garantindo o cumprimento das normas, que a indústria adote práticas de rotulagem mais transparentes, e que os profissionais de saúde sejam capacitados para orientar pais e cuidadores na leitura crítica e interpretação segura dos rótulos. A atuação coordenada desses atores é condição indispensável para reduzir exposições acidentais, promover a autonomia do consumidor e assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC n. 727, de 1º de julho de 2022.** Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Brasília, DF, 04 jul. 2022a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas: alergia à proteína do leite de vaca.** Consulta pública n. 24/2022. Brasília: CONITEC, 2022b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** 1. ed., Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Código de Defesa do Consumidor. Brasília, DF, 1990.
- BLOM, W. MARTY, W. MICHELSEN-HUISMAN, A.; OS-MEDENDORP, H. V.; DUJIN, G. V. *et al.* Accidental food allergy reactions: products and undeclared ingredients. **Journal of Allergy and Clinical Immunology**, v. 142, n. 3, p. 865-875, 2018.
- BROOME, S. B.; LUTZ, B. J.; COOK, C. Becoming the parent of a child with life-threatening food allergies. **Journal of Pediatric Nursing**, v. 30, p. 532-542, 2015.
- CAMPOS, S.; DOXEY, J.; HAMMOND, D. Nutrition labels on pre-packaged foods: a systematic review. **Public Health Nutrition**, Cambridge, v. 14, n. 8, p. 1496-1506, 2011.
- COCHRANE, S. A.; GOWLAND, M. H.; SHEFFIELD, D.; CREVEL, R. W. R. Characteristics and purchasing behaviours of food-allergic consumers and those who buy food for them in Great Britain. **Clinical and Translational Allergy**, London, v. 3, n. 1, p. 31, 2013.
- CORNELISSE-VERMAAT, J. R.; VOORDOUW, J.; YIAKOUMAKI, V.; THEODORIDIS, G.; FREWER, L. J. Food-allergic consumers' labelling preferences: a cross-cultural comparison. **European Journal of Public Health**, Oxford, v. 18, n. 2, p. 115-120, 2008.
- DEIMLING, L. C. D. *et al.* Percepções dos consumidores sobre a rotulagem nutricional para aquisição de alimentos em Boa Vista do Buricá/RS. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 8, n. 1, p. 22-31, 2022.
- DUNNGALVIN, A.; CHAN, C.; CREVEL, R. *et al.* Rotulagem preventiva de alérgenos: perspectivas de grupos de partes interessadas importantes. **Allergy**, v. 70, n. 9, p. 1039-1051, 2015.
- FIDELIS, G. A. *et al.* Estudo da rotulagem nutricional dos alimentos: educação para o consumo saudável no ambiente escolar. **Revista Ponto de Vista**, v. 13, n. 1, 2024.
- HEFLE, S. L.; FURLONG, T. J.; NIEMANN, L.; LEMON-MULE, H. *et al.* Attitudes and risks associated with packaged foods bearing peanut advisory labels. **Journal of Allergy and Clinical Immunology**, v. 120, n. 1, p. 171-176, 2007.

HOLLEMAN, B.C; OS-MEDENDORP, H. V.; VAN DEN BERGH H. V. D.; DIJK, L. M. V. *et al.* Poor understanding of allergen labelling by allergic and non-allergic consumers. **Clin Exp Allergy**, V. 51, N. 10, p.1374-1382, 2021.

LEITE, L H. M.; CORDEIRO, A. A. **Comunicação inclusiva em nutrição: comunicar, mobilizar e transformar a prática clínica**. 1. ed, Curitiba: CRV, 2025. 114 p.

MENDES, E. V **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.

NERY, W. F.; GOMES, R. L. S. O.; RIBEIRO, B. W. S.; GOMES, L. F.; PEREIRA, J. A. *et al.* Attitudes and practice of caregivers for cow's milk allergy according to stages of behavior change. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 6024-6035, 2023.

NERY, R. F. **Vivências de mães de crianças com diagnóstico de alergia à proteína do leite de vaca em fronteira internacional**. 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA), Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), Foz do Iguaçu, 2025.

NOBRE, J. A. S.; ASSUMPÇÃO, D.; SAN MARTINI, M. C.; BARROS, M. B. A.; BARROS FILHO, A. A. Você costuma verificar o rótulo de alimentos? Estudo de base populacional com adolescentes e adultos de Campinas, SP. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, e31030189, 2023.

PONTES, T. E.; COSTA, T. F.; MARUM, A. B. R. F.; BRASIL, A. L. D.; TADDEI, J. A. A. C. Orientação nutricional de crianças e adolescentes e os novos padrões de consumo: propagandas, embalagens e rótulos. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 27, n. 1, p. 99-105, 2009.

PROCÓPIO, S. P. A.; SILVA, C. L. A.; CARNEIRO, A. C. L. L. Compreensão de consumidores sobre a rotulagem nutricional: o modelo de alerta em triângulos. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 46-56, 2021.

SIMONS, E.; WEISS, C. C.; FURLONG, T. J.; SICHERER, S. H. Impact of ingredient labeling practices on food-allergic consumers. **Annals of Allergy, Asthma & Immunology**, v. 95, n. 5, p. 426-428, 2005.

SILVA, Â. C. C.; CATTELAN, M. G. Percepção dos consumidores a respeito da rotulagem nutricional de alimentos embalados. **Revista Científica Unilago**, v. 1., n.1, p. 1-10, 2022.

TOCA, M. C.; PARISI, C.; FERNÁNDEZ, A.; TABACCO, O.; ZUBIRIA, C. Cow's milk allergy: diagnostic process. Expert consensus. **Archivos Argentinos de Pediatría**, v. 122, n. 4, p. e202410403, 2024.

TOCANTINS. **Regionalização da saúde no Tocantins**: distribuição dos municípios por região e macrorregião. Palmas: Governo do Estado do Tocantins, [s.d].

ULLMANN, G. R. *et al.* Attitudes and practice of caregivers for cow's milk allergy according to stages of behavior change. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 40, p. 1-9, 2022.

VERSLUIS, A.; LE, T.-M.; HOUBEN, G. F.; KNULST, A. C.; VAN OS-MEDENDORP, H. Accidental allergic reactions to food in adolescents and adults: an overview of the factors involved and implications for prevention. **Frontiers in Allergy**, v. 4, p. 1-7, 2023.